

# ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	13
<b>A. Ação Administrativa .....</b>	<b>15</b>
<b>I. Petições Iniciais .....</b>	<b>15</b>
1. Petição inicial de reconhecimento de direito.....	17
2. Petição inicial para adoção ou abstenção de comportamentos em sentido amplo, incluindo operações materiais, e até simples atos jurídicos .....	23
3. Petição inicial de condenação da administração ao cumprimento de deveres de prestação que decorram diretamente de normas jurídicas administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável (e que podem ter por objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto) .....	28
4. Petição inicial de responsabilidade civil de pessoas coletivas .....	32
5. Petição inicial de responsabilidade civil de pessoas coletivas pela imposição de sacrifícios .....	41
6. Petição inicial sobre interpretação, validade ou execução de contratos .....	50
7. Petição inicial de impugnação de ato administrativo.....	57
8. Petição inicial de condenação à prática de ato devido quando, tendo sido apresentado requerimento que constitua o órgão competente no dever de decidir, não tenha sido proferida decisão dentro do prazo legalmente estabelecido.....	64
9. Petição inicial de condenação à prática de ato devido quando tenha sido recusada a sua prática .....	70

10. Petição inicial de condenação à prática de ato devido quando não tenha sido cumprido o dever de emitir um ato administrativo que resultava diretamente da lei .....	75
11. Petição inicial de impugnação de ato administrativo e de condenação à prática de ato devido .....	79
12. Petição inicial de impugnação de norma emanada ao abrigo de disposições de direito administrativo com força obrigatória geral .....	109
13. Petição inicial de impugnação de norma emanada ao abrigo de disposições de direito administrativo com efeitos circunscritos ao caso concreto .....	114
14. Petição inicial de declaração de ilegalidade da não emanção de uma norma ao abrigo de disposições de direito administrativo e que seja necessária para dar exequibilidade a atos legislativos carentes de regulamentação .....	119
15. Petição inicial de enriquecimento sem causa .....	123
16. Petição inicial aperfeiçoada .....	130
<b>II. Contestações</b> .....	139
17. Contestação com a invocação da exceção de falta de interesse em agir .....	141
18. Contestação com a invocação da exceção de ilegitimidade ativa e passiva e inexistência de ato administrativo impugnável .....	147
19. Contestação com a invocação da exceção de inimpugnabilidade do ato (do ato confirmativo e da aceitação do ato anulável) e caducidade do direito de ação .....	154
20. Contestação com invocação de litispendência e caso julgado .....	165
21. Contestação com reconvenção .....	196
<b>III. Outros Articulados</b> .....	203
22. Réplica .....	205
23. Tréplica .....	209
<b>IV. Requerimentos e Incidentes</b> .....	211
24. Articulado superveniente fundado na junção ao processo de elementos até aí desconhecidos ou aos quais não tenha sido possível o acesso .....	212
25. Alegações .....	215

26. Alegações oferecendo o merecimento dos argumentos aduzidos na contestação . . . . .	220
27. Requerimento de remessa do processo para o Tribunal competente, depois de trânsito em julgado de decisão que determine que o Tribunal competente não pertence à jurisdição administrativa. . . . .	221
28. Requerimento de apensação de processos por se verificarem os pressupostos de admissibilidade previstos para a coligação e a cumulação de pedidos . . .	223
29. Requerimento de prosseguimento da ação contra ato de revogação do ato impugnado com efeitos retroativos . . . . .	225
30. Requerimento de alteração da instância do pedido de condenação à prática de ato devido quando a pretensão do interessado seja indeferida pela Administração na pendência do processo . . . . .	230
31. Requerimento de alteração da instância do pedido de condenação à prática de ato devido quando, na pendência do processo, seja proferido um ato administrativo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado, cumulando o pedido de condenação com o pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência desse ato . . . . .	235
32. Requerimento de reabertura do processo contra novo ato, com a faculdade de oferecer meios de prova. . . . .	240
33. Requerimento de anulação de efeitos lesivos pelo ato que impôs deveres, encargos, ônus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos no caso de ter sido proferido o ato com o alcance de sanar os efeitos do ato impugnado . . . . .	242
34. Requerimento de pedido de pronúncia sobre o estado de processo ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais . . . . .	244
<b>B. Processos Urgentes . . . . .</b>	<b>247</b>
<b>I. Contencioso Eleitoral . . . . .</b>	<b>247</b>
35. Petição inicial de impugnação de ato administrativo em matéria eleitoral. . .	249
36. Requerimento de suspensão de eficácia de ato eleitoral. . . . .	251
<b>II. Contencioso Pré-Contratual . . . . .</b>	<b>255</b>
37. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de empreitada. . . . .	257

38. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de concessão de obras públicas, com pedido de efeito suspensivo automático . . . . .	265
39. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de prestação de serviços. . . . .	275
40. Petição inicial de impugnação de ato administrativo relativo à formação de contrato de fornecimento de bens . . . . .	281
41. Petição inicial de impugnação dos documentos conformadores. . . . .	288
42. Requerimento de modificação objetiva da instância no sentido de impugnar o contrato entretanto celebrado no âmbito do procedimento pré-contratual no qual se insere o ato impugnado . . . . .	296
43. Requerimento de opção pela realização de audiência pública sobre a matéria de facto e de direito . . . . .	299
44. Requerimento de levantamento do efeito suspensivo automático da impugnação do ato de adjudicação . . . . .	300
45. Contestação em ação de contencioso pré-contratual . . . . .	303
<b>III. Intimações . . . . .</b>	<b>315</b>
46. Requerimento à autoridade administrativa para que notifique o interessado da data e fundamentos da decisão e passagem de certidão que contenha essas indicações. . . . .	317
47. Petição inicial de intimação para consulta de documentos e passagem de certidões na sequência do exercício do direito à informação procedimental . . . . .	319
48. Petição inicial de intimação para consulta de documentos e passagem de certidões na sequência do indeferimento do pedido de acesso aos arquivos e aos registos administrativos . . . . .	321
49. Resposta da autoridade administrativa à intimação para consulta de documentos e passagem de certidões . . . . .	325
50. Petição inicial de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias . . . . .	327
51. Resposta da autoridade administrativa à intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias . . . . .	336

<b>IV. Processos Cautelares</b> .....	339
<b>1. Requerimentos Iniciais</b> .....	339
52. Requerimento de suspensão de eficácia de ato administrativo .....	341
53. Requerimento de admissão provisória em concursos e exames .....	367
54. Requerimento com pedido de decretamento provisório .....	377
55. Requerimento relativo a procedimento de formação de contratos .....	391
56. Requerimento de regulação provisória do pagamento de quantias .....	399
57. Requerimento de produção antecipada de prova .....	409
<b>2. Oposições</b> .....	413
58. Oposição da entidade requerida .....	415
59. Oposição de contrainteressado .....	426
<b>3. Requerimentos e Incidentes</b> .....	433
60. Oposição a incidente para adoção de medida provisória de suspensão do procedimento .....	435
61. Requerimento da autoridade requerida para que seja declarada a caducidade da providência cautelar .....	442
62. Petição inicial a solicitar indenização pelos danos que, com dolo ou ne- gligência grosseira, tenha causado ao requerido e aos contrainteressados ..	444
63. Requerimento de levantamento de garantia bancária prestada decorrido o prazo para pedido de indenização .....	451
64. Requerimento de levantamento do efeito suspensivo .....	453
65. Resposta ao requerimento de levantamento do efeito suspensivo .....	455
66. Resolução fundamentada .....	456
67. Incidente de declaração de ineficácia dos atos de execução indevida .....	459
68. Resposta ao incidente de declaração de ineficácia dos atos de execução indevida .....	467
<b>C. Recursos Jurisdicionais</b> .....	471
69. Recurso de apelação .....	473
70. Recurso de revista .....	488

71. Recurso de uniformização de jurisprudência .....	505
72. Recurso de revisão .....	522
<b>D. Ações Executivas .....</b>	<b>529</b>
<b>I. Da Extensão dos Efeitos da Sentença .....</b>	<b>529</b>
73. Requerimento dirigido à entidade administrativa para extensão dos efeitos de sentença .....	531
74. Requerimento dirigido ao Tribunal para extensão dos efeitos da sentença e execução em seu favor .....	533
<b>II. Execução das Sentenças Condenatórias em Prestação de Factos e de Coisas. ....</b>	<b>535</b>
75. Petição inicial de execução de sentença com pedido de declaração de nulidade dos atos desconformes com a sentença, bem como a anulação daqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal .....	537
76. Oposição à execução de sentença condenatória em prestação de factos. ....	540
<b>III. Execução para Pagamento de Quantia Certa .....</b>	<b>547</b>
77. Petição inicial de execução de sentença para pagamento de quantia certa solicitando o pagamento por dotação orçamental inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais .....	549
78. Requerimento para dar seguimento à execução nos termos do regulado na lei processual civil, quando haja insuficiência de dotação orçamental. ....	551
<b>IV. Execução de Sentenças de Anulação de Atos Administrativos .....</b>	<b>553</b>
79. Petição inicial de execução de sentença de anulação de ato administrativo ...	555
80. Requerimento de fixação de indemnização pelos danos sofridos pelos beneficiários dos atos consequentes praticados há mais de um ano que desconheciam sem culpa a precariedade da sua situação .....	557
81. Requerimento de trabalhador que exerce funções públicas no sentido de lhe ser reconhecido o direito a ser provido em lugar de categoria igual ou equivalente àquela em que deveria ser colocado (no caso de existência de terceiros interessados na manutenção de situações incompatíveis, constituídas em seu favor por ato administrativo praticado há mais de um ano) .....	561